



## Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

---

### MEMÓRIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 25 de junho de 2013

Horário: 10h00 às 13h00.

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

#### 1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, fez a abertura da 26ª Reunião Ordinária, passando, em seguida, ao exame dos assuntos da pauta. Foi distribuída aos membros do Conselho a Memória da 25ª Reunião Ordinária devidamente aprovada.

#### 2. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN no horizonte de 2013 a 2017.

Informou que, em face de condições meteorológicas adversas no final do ano de 2012 e início de 2013, o suprimento do SIN está sendo realizado com complementação de geração térmica. Observou que o sistema é permanentemente monitorado e que as decisões sobre o despacho de geração são tomadas a partir de modelos computacionais com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Quanto ao risco de déficit de atendimento, pelas projeções apresentadas pelo ONS para o período de 2013-2017, os valores estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo art. 2º da Resolução CNPE nº 1, de 17 de novembro de 2004.

O Diretor-Geral concluiu a apresentação discorrendo sobre as principais recomendações do Plano da Operação Energética - PEN 2013, destacando: que a produção hidrelétrica se torna cada vez mais dependente das aflúncias, indicando necessidade de alterar o perfil da matriz de energia elétrica, com contratação de expansão termelétrica; e que há necessidade de novas ampliações ou reforços e/ou antecipações nas interligações Sudeste–Centro-Oeste- Sul com Norte–Nordeste e na exportação do Nordeste. Esse assunto está sendo tratado no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e as proposições serão encaminhadas para os leilões de transmissão.

#### 3. ABASTECIMENTO DE ETANOL

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, fez uma avaliação do abastecimento de etanol ao mercado brasileiro.

Informou que foram adotadas medidas de apoio ao setor para ampliar a capacidade de produção, entre outras, o aumento do percentual de mistura na gasolina (25%), o crédito presumido de PIS/Cofins ao produtor de etanol, a redução dos juros do Prorenewa – linha de financiamento do BNDES para a renovação e implantação de novos canaviais e as novas condições para o financiamento da estocagem do etanol. Deu destaque para a previsão da taxa de crescimento de 5% ao ano para a demanda Ciclo-Otto no período 2013-2022 e entrada de 49 novas unidades de produção de etanol.

#### 4. BIODIESEL

Em relação ao biodiesel, o Secretário Marco Antônio destacou a produção de 2,8 milhões de m<sup>3</sup> em 2012, a normalidade do abastecimento e a capacidade instalada de produção, suficiente para atender à demanda até 2022. Ressaltou, ainda, que estão sendo avaliadas

propostas de possíveis alterações na sistemática de leilões, para otimizar o fator de utilização das unidades produtoras de pequena escala e manutenção do parque instalado, bem como a conveniência e a oportunidade de aumentar o percentual de mistura obrigatória.

## 5. RODADAS DE LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Acerca da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção, o Secretário Marco Antônio informou que a Resolução CNPE nº 4, de 22 de maio de 2013, definiu a área de Libra, com 1.548km<sup>2</sup>, localizada em águas profundas da Bacia de Santos, como prospecto a ser licitado no mês de outubro de 2013. Informou que os critérios técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção serão definidos na primeira semana de julho de 2013. Antecipou, no entanto, que os critérios para o cálculo do excedente em óleo da União considerará o bônus de assinatura, o desenvolvimento em módulos de produção individualizados e o fluxo de caixa durante a vigência do contrato de partilha. A proposta de participação da Petrobras é de 30% no consórcio, conforme previsto no art. 20 da Lei nº 12.351, de 2010, e os percentuais globais de conteúdo local para as fases de exploração, teste de longa duração e de produção. Ao final, o Presidente do CNPE, Edison Lobão, informou que encaminhará aos membros do Conselho os critérios relativos ao percentual mínimo do excedente em óleo da União e o valor do bônus da assinatura. Ponderou, na oportunidade, a importância de aprovar esses critérios para cumprir o cronograma de realização da licitação. Por unanimidade, o Conselho aprovou os termos da proposta da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.

Quanto à 12ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural, relatou que a área proposta para oferta abrange um total de 168.348,41 km<sup>2</sup>, com 240 blocos, sendo 110 em áreas de Novas Fronteiras Tecnológicas e do Conhecimento, nas Bacias do Acre, Parecis, São Francisco, Paraná e Parnaíba, e 130 em Bacias Maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas. O Secretário mostrou aos membros do Conselho a distribuição desses blocos nas 12 unidades da federação contempladas. A rodada tem previsão de realização em novembro de 2013. Aprovada a proposta de realização da rodada, a Presidência do CNPE tomará as providências para emissão e publicação da Resolução.

A Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Magda Chambriard, informou os resultados da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural, ressaltando que foram ofertados 289 blocos, sendo 142 arrematados, o que equivale a uma área de 100.372 km<sup>2</sup>, com uma arrecadação de R\$ 2,83 bilhões em bônus de assinatura, com 30 empresas vencedoras do certame, destas 12 de capital nacional e 18 de capital estrangeiro, sediadas em 11 países. A Diretora-Geral da ANP destacou a experiência positiva adquirida com a realização do certame, fundamental para a organização das próximas rodadas.

## 6. RESOLUÇÕES DO CNPE

O Presidente do Conselho apresentou as resoluções aprovadas durante o primeiro semestre de 2013: **Resolução nº 1**, de 7 de fevereiro de 2013, que estabelece política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás no País; **Resolução nº 2**, de 19 de fevereiro de 2013, que autoriza a ANP incluir 117 blocos exploratórios, com área de 34,5 mil km<sup>2</sup> à Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás no País; **Resolução nº 3**, de 6 de

março de 2013, que estabelece diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço; e **Resolução nº 4**, de 22 de maio de 2013, que autoriza a realização da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal (prospecto de Libra na Bacia Sedimentar de Santos/SP). Na sequência passou a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann para discorrer sobre a Resolução CNPE nº 3/2013.

O Secretário-Executivo fez uma apresentação aos membros do Conselho abordando o caráter estrutural da resolução, o período de transição, as metodologias, as vantagens da energia hidráulica para o SIN, a importância de todas as fontes para o bom funcionamento do SIN e seus diferenciais, as vantagens para o Setor Elétrico Brasileiro com a edição da Resolução CNPE nº 3, as implicações da resolução no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e na segurança energética do país, os benefícios do rateio do encargo por todos agentes de mercado e os beneficiários do despacho fora da ordem de mérito. Informou, ao final, que a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP, criada pela Resolução CNPE nº 1, de 2007, desenvolveu e implementou a metodologia cujos testes de validação ocorrerão até 31 de julho de 2013.

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra aos participantes da reunião. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, destacou a importância dos temas tratados na reunião para o País. Por sua vez o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ricardo Schaefer pleiteou que os trabalhos do GT Conteúdo Local, sejam acelerados em face da importância do tema para a indústria brasileira. O Secretário-Executivo, Márcio Zimmermann, informou que o assunto está sendo tratado no âmbito do Ministério e, posteriormente, serão convocados representantes de outros órgãos, inclusive o MDIC. Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do CNPE, destacando a importância do Conselho cuja atribuição é propor à Presidenta da República políticas nacionais destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos e assegurar o suprimento de insumos energéticos ao País, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.